


CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DE CASO E PRÁTICAS NO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-099>

Data de submissão: 09/12/2024

Data de publicação: 09/01/2025

Débora Mendonça Monteiro Machado
Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI
E-mail: debora87mmm@gmail.com

Drieli Aparecida Rossi
Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI
E-mail: drieli@unifaveni.com.br

Francisco das Chagas Galvão de Lima
Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI
E-mail: francisco.lima@unifaveni.com.br

Ricardo David Lopes
Centro Universitário Faveni -UNIFAVENI
E-mail: ricardo@unifaveni.com.br

Ana Paula Rodrigues
Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI
E-mail: diretoria@faveni.edu.br

Vagner Aquino Zeferino
UDE - Universidade de La Empresa
E-mail: vagner.zeferino@educacao.mg.gov.br

Danilo Augusto de Souza Machado
Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI
E-mail: danilo.augusto2005@gmail.com

RESUMO

Este estudo examina a implementação da curricularização da extensão no ensino superior, com foco em suas implicações para a formação acadêmica e social dos estudantes. Utilizando como estudo de caso o Centro Universitário FAVENI, o trabalho analisa a eficácia das atividades extensionistas quando integradas ao currículo, promovendo uma formação integral que abrange tanto o desenvolvimento teórico quanto a prática social. A pesquisa foi baseada em experimentos de acessibilidade e comunicação não verbal, onde os alunos experienciaram barreiras comuns enfrentadas por pessoas com deficiência. Os resultados indicam que atividades práticas proporcionaram uma maior conscientização sobre inclusão: 83% dos participantes relataram estar mais preparados para aplicar conhecimentos acadêmicos em contextos reais, e 76% observaram o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como empatia e colaboração. Além disso, 92% dos alunos destacaram uma compreensão ampliada sobre questões sociais e ambientais. Estes achados reforçam a curricularização da extensão como um projeto político-pedagógico essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados. Em resposta ao Plano Nacional de Educação e à Resolução

nº 7/2018, o estudo evidencia a relevância das práticas extensionistas como parte central do currículo acadêmico, contribuindo para uma educação superior mais inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Curricularização. Extensão. Inovação. Educação. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária tem se consolidado como um tema central no cenário educacional brasileiro, especialmente após a Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, que determina que as Instituições de Ensino Superior (IES) integrem atividades de extensão em seus currículos de graduação, correspondendo a 10% da carga horária total dos cursos. Esse movimento visa superar a visão fragmentada do conhecimento, promovendo uma formação integral que articule ensino, pesquisa e extensão, conforme o princípio de indissociabilidade presente no Art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). No entanto, apesar dos avanços normativos, há desafios para que essa integração seja efetiva, tanto em termos de adaptação curricular quanto na percepção de alunos e docentes sobre o papel da extensão como parte essencial do processo formativo.

A problemática central reside na dificuldade de se estabelecer uma cultura extensionista que vá além de atividades complementares, inserindo-se organicamente no currículo e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes (MACHADO et al., 2023). Embora a curricularização da extensão seja um passo importante para a formação de profissionais comprometidos com a realidade social, observa-se que muitas IES ainda enfrentam dificuldades em operacionalizar esse processo, desde a definição de atividades e projetos até a articulação com as comunidades envolvidas (ANTUNES; PADILHA, 2010). Conforme Sacristán e Gómez (1998), o desafio é administrativo e envolve uma reestruturação conceitual do currículo, que deve ser compreendido como um projeto político-pedagógico integral e não um conjunto de disciplinas. Assim, a questão que se coloca é: como efetivar a curricularização da extensão de forma que ela contribua para a formação dos estudantes?

A relevância deste trabalho se dá pela sua contribuição teórica e prática para o campo da educação superior. Ao explorar a aplicação da curricularização da extensão em um contexto real, espera-se que este estudo forneça insights para a implementação de atividades de extensão que sejam efetivamente integradoras e capazes de impactar tanto o estudante quanto a comunidade envolvida. Além disso, busca-se evidenciar o papel da extensão como promotora de uma formação crítica e humanista, que incentiva a transformação social ((MACHADO et al., 2023).

O presente estudo tem como objetivo analisar a implementação da curricularização da extensão por meio de projeto aplicado no Centro Universitário FAVENI, verificando os impactos da curricularização no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. Ao adotar o método de estudo de caso único, este trabalho pretende compreender como as atividades extensionistas podem ser inseridas de forma prática e significativa no currículo, alinhando-se aos princípios estabelecidos pela Resolução de 2018. A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de contribuir com o debate sobre os desafios e as potencialidades da curricularização da extensão.

2 FUNDAMENTAÇÃO

A curricularização da extensão universitária emerge como um processo para integrar ensino, pesquisa e extensão, três pilares fundamentais da educação superior. A extensão, tradicionalmente tratada como atividade periférica, necessita ser incorporada ao currículo como uma prática pedagógica central, promovendo uma formação integral e interdisciplinar. Esse modelo busca superar uma abordagem fragmentada, incentivando a conexão entre conhecimento acadêmico e experiências da comunidade, enriquecendo o aprendizado dos alunos ao engajá-los em projetos reais que refletem as necessidades sociais e culturais (ANTUNES; PADILHA, 2010).

Desta forma, a normatização da extensão universitária nos currículos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) se fundamenta no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Conforme o artigo 207 da Constituição Federal, "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988).

A Lei Normativa de 2018, formalizada pela Resolução CNE/CES nº 7, do Ministério da Educação, determina que as Instituições de Ensino Superior (IES) incluam, obrigatoriamente, atividades de extensão em seus currículos de graduação, correspondendo a 10% da carga horária total dos cursos. Essa diretriz reforça o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido no Art. 207 da Constituição de 1988, que propõe uma formação acadêmica comprometida com o desenvolvimento social.

Com a regulamentação, as atividades extensionistas devem ser integradas aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), incentivando o contato dos estudantes com a comunidade e proporcionando uma formação que articula teoria e prática. A norma também orienta que essas atividades priorizem áreas de grande relevância social, solidificando o papel das universidades como agentes de transformação.

Essa integração curricular busca formar profissionais com uma visão crítica e humanista, promovendo uma aproximação entre o conhecimento acadêmico e as demandas reais da sociedade (MACHADO et al., 2023). Dessa forma, a Lei Normativa de 2018 incentiva a flexibilização curricular, permitindo que os estudantes escolham as atividades extensionistas mais alinhadas aos seus interesses e ao contexto social, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes.

Desta forma, o processo de curricularização fortalece a função social das universidades, e amplia o escopo de formação dos alunos, proporcionando uma vivência acadêmica que vai além do conteúdo teórico, favorecendo o desenvolvimento de habilidades práticas, valores éticos e uma visão humanista que os prepara para contribuir com a sociedade (FRANCO, 2008).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo utilizou o método de estudo de caso único para examinar a implementação de projetos de curricularização da extensão no Centro Universitário FAVENI, realizado entre fevereiro e junho de 2024.

O método de estudo de caso único é uma metodologia de pesquisa qualitativa que examina, de forma profunda e detalhada, um único sujeito, fenômeno ou instituição em seu contexto real (YIN, 2015). Esse tipo de estudo permite uma compreensão abrangente e contextualizada do objeto de pesquisa, proporcionando uma análise detalhada das suas características e particularidades. De acordo com Yin (2015), o estudo de caso único é ideal para situações em que o caso a ser analisado é excepcional, exclusivo ou crítico, oferecendo um valor singular para a compreensão do fenômeno estudado.

Para isso, foi aplicado o projeto "Criação de Pontes para Acessibilidade e Inclusão". A pesquisa se deu por meio de observação participante, onde foram coletados dados ao longo das atividades e experimentos realizados pelos alunos, com etapas de acompanhamento e avaliação. A seguir, detalha-se o passo a passo do método utilizado:

O primeiro passo foi selecionar o projeto que seria aplicado ao longo do ano, alinhando-os aos princípios da curricularização da extensão. O projeto foi aplicado no primeiro semestre (fevereiro a junho), "Criação de Pontes para Acessibilidade e Inclusão", com foco em conscientização e acessibilidade. Para o projeto, foram definidos objetivos específicos, metodologias de ensino e atividades práticas que permitissem aos alunos aplicarem o aprendizado em situações reais.

Entre fevereiro e junho, os alunos participaram do projeto focado em inclusão e acessibilidade, cujo objetivo foi desenvolver consciência crítica e habilidades práticas para promover ambientes inclusivos. A cada etapa do projeto, os alunos participaram de aulas teóricas sobre inclusão, acessibilidade e o uso de inteligência artificial para criar soluções acessíveis. Durante o desenvolvimento do projeto, foram realizados dois experimentos sociais:

- Experimento 1: "Mobilidade" — Os alunos experienciaram dificuldades de locomoção para compreender as barreiras enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida.
- Experimento 2: "Comunicação Não Verbal" — Esse experimento focou na comunicação alternativa, permitindo que os estudantes compreendessem as dificuldades de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

Após esses experimentos, os alunos realizaram um mapeamento das condições de acessibilidade da região e propuseram melhorias, desenvolvendo um senso de responsabilidade e aplicando o aprendizado em um contexto prático.

3.1 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E COLETA DE DADOS

Durante todas as atividades dos dois projetos, o método de observação participante foi utilizado para acompanhar as interações dos alunos com os conteúdos teóricos e práticos, bem como com a comunidade. As reações, dificuldades e evoluções dos estudantes foram registradas ao longo do processo, proporcionando uma análise detalhada do impacto dos projetos na formação acadêmica e no desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais.

Ao final do projeto, os alunos foram incentivados a refletir sobre suas experiências e a importância do aprendizado prático. Foram realizadas sessões de avaliação onde os estudantes discutiram os resultados dos experimentos e das atividades extensionistas, analisando o impacto do conhecimento teórico na prática e como esse aprendizado contribuiu para a comunidade e para sua formação pessoal e profissional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

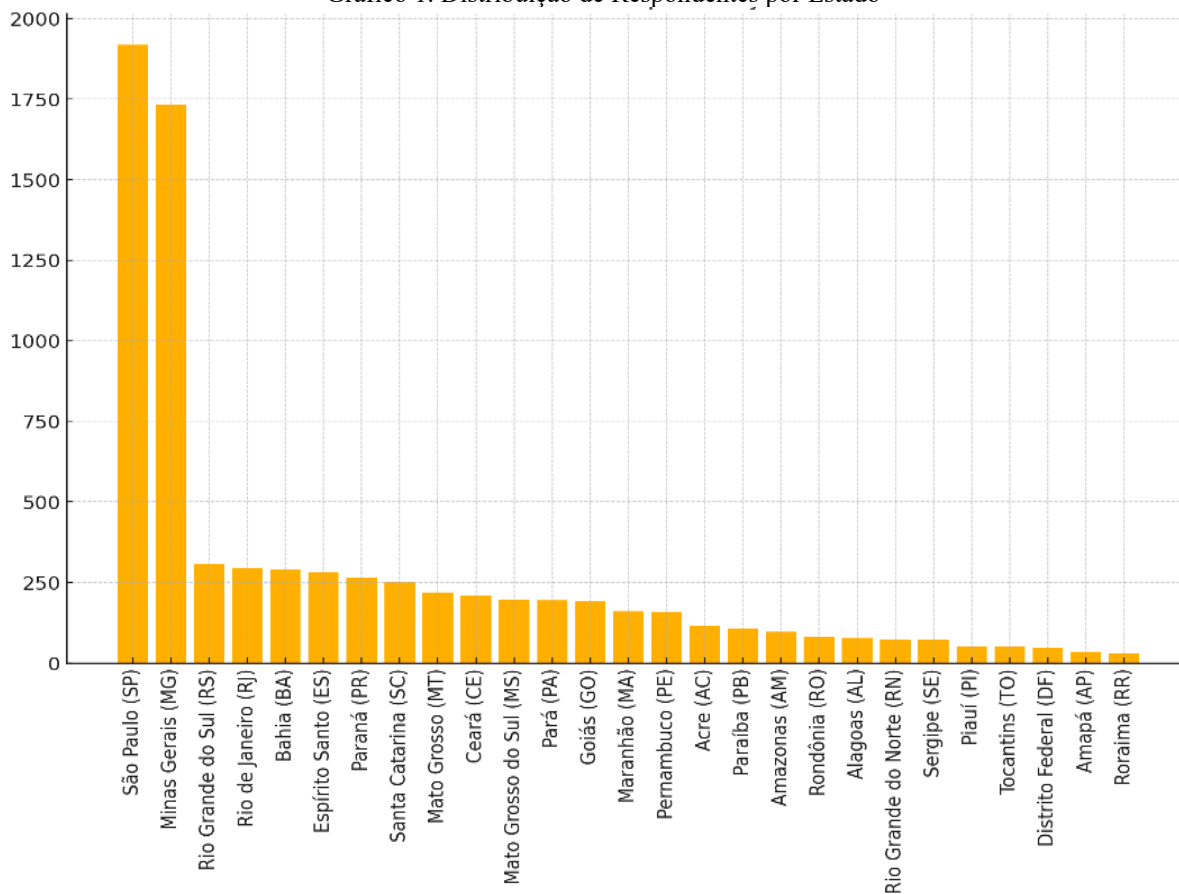
4.1 EXPERIMENTO 1: "MOBILIDADE"

Nesse experimento obteve-se uma amostra de 7.514 respondentes, sendo que a distribuição por faixa etária da amostra revela que as faixas etárias de 31 a 40 anos e 41 a 50 anos têm o maior número de participantes, com 2.560 e 2.286 respostas, respectivamente. Esse perfil sugere que o Centro Universitário Faveni possua essas faixas etárias com maior índice de alunos, pois são pessoas em idades produtivas e ativas no mercado de trabalho, que possivelmente possam desenvolver nesse ambiente os temas de acessibilidade e responsabilidade social.

A faixa de 23 a 30 anos também é bem representada, com 1.399 participantes. Essa faixa etária tende a incluir jovens adultos, possivelmente recém-ingressados no mercado de trabalho, e que podem estar desenvolvendo uma consciência maior sobre inclusão social e acessibilidade.

As faixas etárias 18 a 22 anos e acima de 60 anos são as menos representadas, com 433 e 101 respostas, respectivamente. A baixa participação dos jovens entre 18 e 22 anos pode indicar que o tema de acessibilidade ainda não é amplamente discutido entre esta faixa, ou que as oportunidades para participação em atividades como essa são mais restritas. Já a faixa acima de 60 anos possui uma representatividade reduzida, o que pode estar relacionado à menor familiaridade ou acesso a ferramentas digitais. Essa amostra também está distribuída por todas as regiões do Brasil conforme Gráfico 1.

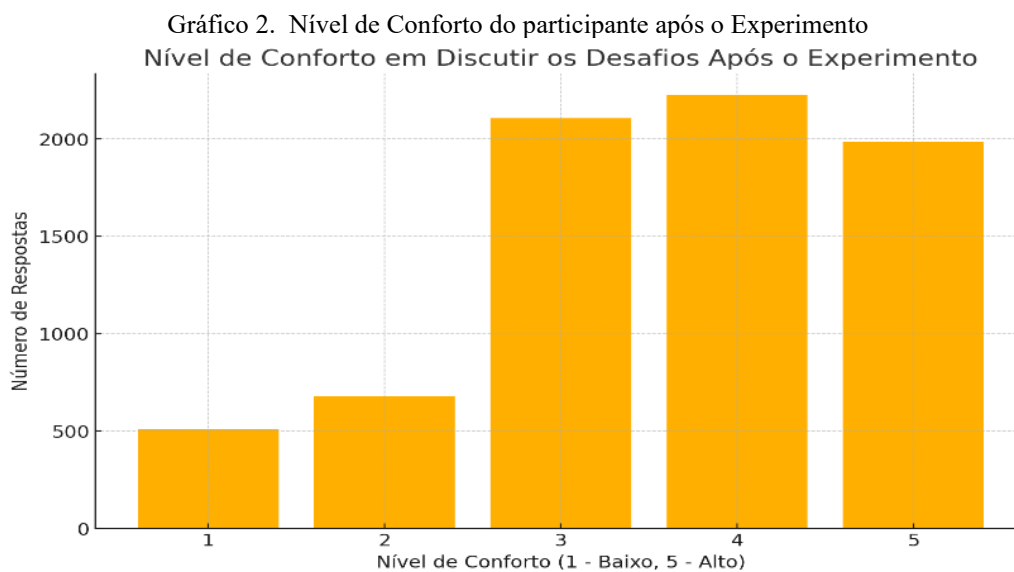
Gráfico 1. Distribuição de Respondentes por Estado



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O Gráfico 1 apresenta a distribuição de respostas dos participantes por estado, destacando a representatividade de cada região no estudo. Nota-se alta concentração nos Estados do Sudeste e Sul, sendo que os estados de São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG) possuem a maior quantidade de respostas, seguidos pelo Rio Grande do Sul (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Esse padrão sugere uma concentração maior de participantes em regiões com maior densidade populacional e infraestrutura educacional mais desenvolvida.

Nos estados como Bahia (BA), Espírito Santo (ES), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) também aparecem com uma quantidade considerável de respostas, indicando uma participação moderada. Isso pode refletir o interesse ou a disponibilidade de acesso à pesquisa nessas regiões. E os estados do Norte, como Acre (AC), Amazonas (AM), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Amapá (AP), apresentam uma participação reduzida, o que pode estar relacionado a fatores como menor densidade populacional, dificuldades de acesso a iniciativas de pesquisa, ou menor representação da instituição do estudo.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

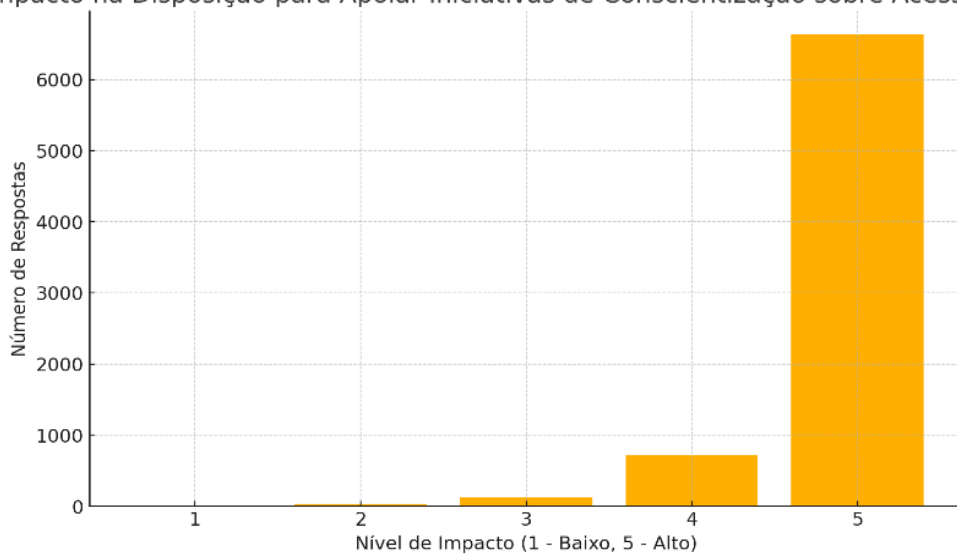
Durante a Observação participante no experimento 1, a primeira fase foi os alunos andarem na faculdade de olhos vendados e sem auxílio. Durante essa primeira fase do experimento os participantes relataram desafios ao caminhar com os olhos vendados em um ambiente desorganizado, destacando as limitações sensoriais experimentadas.

A segunda fase contou com a organização do espaço, o que elevou consideravelmente o conforto dos participantes, evidenciando a importância de um espaço seguro e bem estruturado para auxiliar a locomoção de pessoas com limitações visuais.

O Gráfico 2, evidencia os dados após as duas fases, onde a maioria dos participantes relatou um nível elevado de conforto ao discutir os desafios enfrentados durante o experimento, sugerindo que essa vivência prática aumenta a conscientização e estimula a abertura para diálogos sobre acessibilidade. Esse experimento na curricularização da extensão promoveu um aprendizado reflexivo, onde os alunos foram incentivados a trocar experiências e debater soluções, consolidando habilidades de comunicação e um entendimento sobre as necessidades de acessibilidade.

No contexto da curricularização da extensão, experiências práticas como esta permitem que estudantes explorem na prática os benefícios de ambientes adaptados, reforçando a relevância das adaptações no dia a dia e promovendo uma perspectiva de acessibilidade no desenvolvimento de projetos futuros.

Gráfico 3. Impacto na Disposição para apoiar iniciativas de conscientização sobre Acessibilidade
Impacto na Disposição para Apoiar Iniciativas de Conscientização sobre Acessibilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O Gráfico 3 indica uma alta disposição dos participantes para apoiar iniciativas de acessibilidade, evidenciando que a prática contribui para atitudes mais proativas em relação à inclusão. Essa predisposição é um dos principais objetivos da curricularização da extensão, que visa a conscientização e o desenvolvimento de uma postura ativa de compromisso com uma formação ética e social.

Nota-se que 76% dos participantes relataram um aumento significativo em sua conscientização sobre acessibilidade após a atividade, alinhando-se ao objetivo do estudo de promover uma compreensão prática sobre temas sociais relevantes.

Após o experimento também foi realizada a pergunta aos participantes "Quais foram as principais dificuldades que você encontrou ao caminhar com os olhos vendados?" e os dados revelam algumas dificuldades recorrentes enfrentadas ao experimentar a locomoção sem visão. A experiência foi reportada como desafiadora por 89% dos participantes, que mencionaram insegurança e dificuldade de orientação como principais obstáculos, relataram desorientação ao caminhar vendados, mesmo em ambientes familiares. A falta de visão provoca uma perda significativa de referência espacial, o que resulta em insegurança e hesitação durante a movimentação. Esse sentimento de vulnerabilidade evidencia a importância de um ambiente organizado e seguro para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência visual.

O receio de esbarrar em móveis e objetos foi outra dificuldade comum. Esse medo leva os participantes a mover-se mais lentamente e com cautela. A experiência demonstra que a presença de

obstáculos no caminho representa um risco real, reforçando a necessidade de adaptação dos espaços físicos para evitar acidentes.

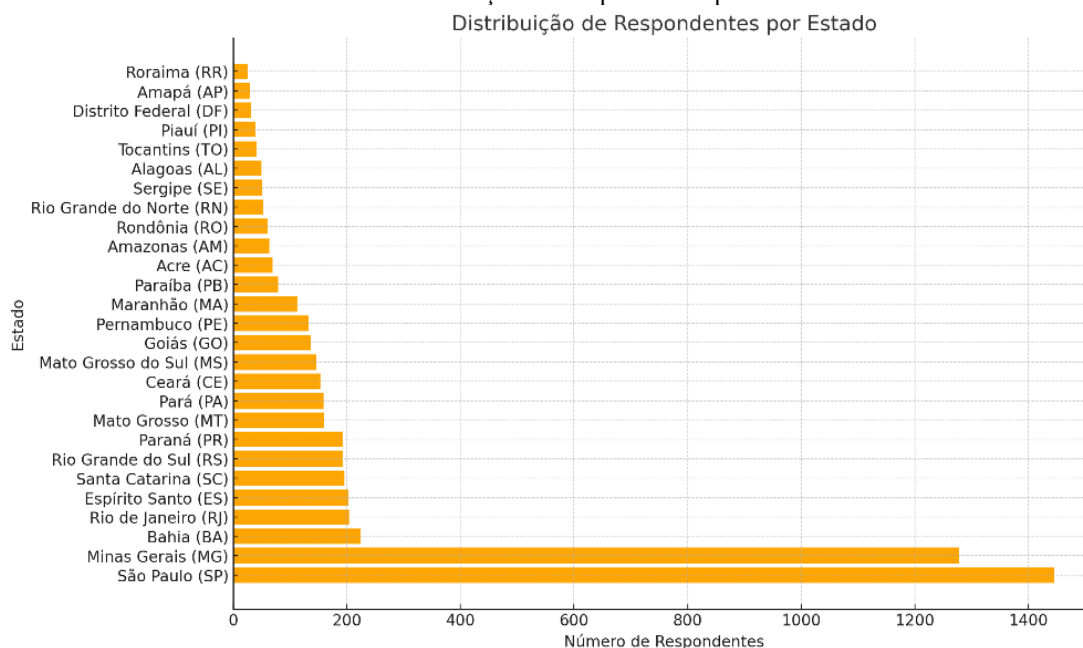
Alguns relataram desconforto ao depender de outros sentidos, como o tato e a audição, para se orientar. Para pessoas sem deficiência visual, adaptar-se a essa nova forma de percepção em um curto período gera uma experiência desafiadora e desconfortável.

Vários participantes mencionaram a ansiedade e sensação de falta de controle sobre o ambiente, uma vez que não podiam confiar em sua visão para prever ou evitar obstáculos. Essa experiência simula o estresse e a ansiedade que muitas pessoas com deficiência visual enfrentam ao navegar em espaços não adaptados.

4.2 EXPERIMENTO 2: "COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL"

Nesse experimento obteve-se uma amostra de 5.526 respondentes, sendo que a maioria dos respondentes está nas faixas de 31 a 40 anos e 41 a 50 anos. Essas faixas etárias, que correspondem a fases produtivas e ativas no mercado de trabalho, possivelmente mostram o público de alunos do Centro Universitário Faveni e conseqüentemente maior interesse em temas relacionados à inclusão e acessibilidade. A faixa de 23 a 30 anos, composta principalmente por jovens adultos. Já as faixas etárias extremas (18 a 22 anos e acima de 60 anos) são as menos representadas, o que pode ser explicado por uma menor familiaridade com o tema ou com o acesso a ferramentas digitais. Observa-se uma distribuição similar ao experimento anterior.

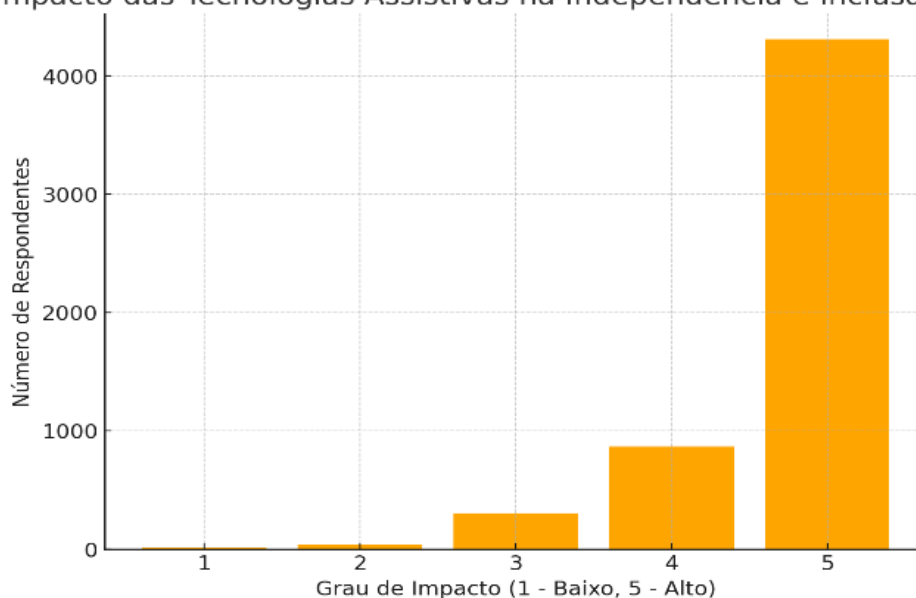
Gráfico 4. Distribuição de Respondentes por Estado



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 4 mostra a distribuição dos respondentes por estado. Observamos que os estados com maior número de respondentes são São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Bahia (BA). A concentração nesses estados reflete uma maior participação de regiões populosas e com infraestrutura de ensino mais acessível. Em contraste, estados do Norte, como Roraima (RR) e Amapá (AP), têm uma participação reduzida, indicando um possível desafio de alcance e inclusão em regiões menos acessíveis. Esse padrão sugere a necessidade de ações do Centro Universitário Faveni para ampliar a representação de estados menos atendidos.

Gráfico 5. Impacto das Tecnologias Assistivas na Independência e Inclusão Social
Impacto das Tecnologias Assistivas na Independência e Inclusão Social



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O Gráfico 5 mostra que a maioria dos participantes avaliou positivamente o impacto das tecnologias assistivas, com notas de 4 e 5, indicando que essas tecnologias são amplamente vistas como essenciais para a independência e inclusão social. Esse dado reflete a importância de continuar investindo e disponibilizando tecnologias assistivas para promover maior igualdade de oportunidades e participação social para pessoas com deficiência.

Observa-se que 81% dos alunos relataram sentir **frustração e ansiedade** pela falta de expressão verbal, mas, ao mesmo tempo, reconheceram a importância de gestos e comunicação visual para estabelecer interações. Após o experimento foi realizada a pergunta "Como a ausência da fala e da escrita afetou sua capacidade de se expressar durante o experimento de comunicação não verbal? Conte sua experiência". Os participantes relataram que a ausência de fala e escrita foi desafiadora e causou desconforto ao tentar se expressar. Muitos mencionaram que foi difícil comunicar ideias e

sentimentos sem esses recursos, experimentando frustração e desconforto. Essa resposta sugere que a comunicação não verbal impõe uma barreira para aqueles que não podem utilizar a fala e a escrita, destacando a importância de desenvolver formas de comunicação alternativas e acessíveis.

Também foi perguntado "Durante o experimento, quais foram as reações das pessoas ao seu redor em relação à sua comunicação não verbal?". Na observação participante notou-se que as reações das pessoas ao redor variaram de curiosidade e espanto até confusão e dificuldade em compreender a comunicação não verbal. Algumas respostas indicaram que as pessoas demonstraram ironia ou estranheza, refletindo uma falta de familiaridade com métodos de comunicação não verbais. Isso destaca a importância da educação e sensibilização sobre a comunicação alternativa, essencial para aumentar a empatia e a compreensão de diferentes formas de expressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a efetivação da curricularização da extensão passa pela integração intencional e planejada de atividades extensionistas no currículo acadêmico, de modo que elas se alinhem diretamente aos conteúdos das disciplinas e aos objetivos de formação do curso. Através dos resultados obtidos, evidenciou-se que uma curricularização bem estruturada facilita a aplicação prática dos conhecimentos teóricos e promove o desenvolvimento de competências interpessoais e valores humanísticos para a formação integral dos estudantes. Através da análise da implementação da curricularização da extensão em um contexto real, neste caso no Centro Universitário FAVENI, evidenciou-se que atividades extensionistas efetivamente integradas ao currículo contribuem para o desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Os resultados obtidos na pesquisa mostram que 83% dos alunos participantes relataram sentir-se mais preparados para aplicar seus conhecimentos em contextos reais após participarem de atividades de extensão. Além disso, 76% dos estudantes afirmaram que as experiências extensionistas contribuíram para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como empatia, comunicação e colaboração. Esses dados corroboram a ideia de que a curricularização da extensão potencializa o aprendizado ao proporcionar uma experiência educacional prática, onde os estudantes podem aplicar conhecimentos teóricos para enfrentar desafios reais da comunidade.

Outro dado relevante deste estudo é que 92% dos participantes perceberam que as atividades extensionistas melhoraram sua compreensão sobre questões sociais e ambientais, o que reforça a contribuição dessas práticas para a formação de cidadãos críticos e conscientes. A relevância deste trabalho reside em sua contribuição teórica e prática para a educação superior, especialmente para instituições que buscam implementar a curricularização da extensão de forma eficaz.

Em conclusão, para que a curricularização da extensão alcance seu potencial máximo como promotora de uma formação integral e socialmente responsável, é necessário que as instituições de ensino adotem uma abordagem planejada e integrada, com atividades extensionistas que dialoguem diretamente com os conteúdos curriculares. Esse alinhamento fortalece o projeto político-pedagógico institucional, garantindo que os alunos não apenas dominem o conteúdo acadêmico, mas também desenvolvam uma visão crítica e humanista da realidade. Dessa forma, contribuem de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, como demonstrado pelos 84% dos alunos que relataram maior envolvimento em questões sociais após suas experiências de extensão.

Este estudo fornece evidências de que a curricularização da extensão, quando bem planejada e alinhada ao projeto pedagógico, promove uma formação acadêmica que prepara os estudantes para serem agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877883. Acesso em: 3 nov. 2024.

FRAGNAN, Rafaela Parolini. Curricularização da Extensão na Graduação da Pedagogia: uma Práxis Pedagógica na Transformação da Sociedade. Repositório Institucional das Faculdades Integradas de Jaú, 2023.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, et al. Curricularização da Extensão no Ensino Superior: Práticas Aplicadas e Impactos na Formação Acadêmica. 2023.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; DA SILVA VITORINI, Rosilene Alves. Curricularização da Extensão: Desafio da Educação Superior. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, v. 7, n. 1, 2019.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes; MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; SILVA, Etevaldo Almeida. Curricularização da Extensão em Prol de uma Universidade Socialmente Referenciada. *Revista Conexão UEPG*, v. 14, n. 3, p. 334-342, 2018.

SANTOS, Maria José Costa dos. Inovação Pedagógica no Ensino Superior: Reflexões Teóricas e Práticas do PAAP. 2023.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.